

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

VII Cimeira Luso-Brasileira



Páginas centrais

Economia e importantes acordos bilaterais

Conselho Regional do PSD/Açores aprovará este mês a coligação eleitoral para o plebiscito de Outubro

Pag. 7



Intervenção sobre a interrupção voluntária da gravidez

Deputada Leonor Beleza

Assembleia da República, 3 de Março de 2004

(...)

...o referendo constitui desde sempre uma **forma nobre de decisão devolvida directamente ao povo que representamos**, que, como é óbvio, coexiste com a democracia representativa, e que, apesar de repetidas insistências da nossa parte, só em 1989 passou a ser aceite pela Constituição.

(...)

O referendo deve ser usado de maneira parcimoniosa e com extrema precaução, em assuntos que sejam de grande importância, que interpelam posições que dividem os cidadãos de forma não necessariamente coincidente com as suas divisões e escolhas de carácter partidário.

Não se lhe pode recorrer frequentemente, nem repetidamente sobre a mesma questão, e deve ser feito em condições que permitam um amplo debate e uma elevada participação.

(...)

Em 1998, realizou-se o primeiro referendo nacional em Portugal. Foi suscitado justamente sobre o aborto, matéria por excelência adequada ao recurso a referendo.

Realizado no contexto de um debate intenso sobre a questão, não teve a participação que levaria a que fosse juridicamente vinculativo, mas permitiu a expressão de uma vontade maioritária no sentido da manutenção da lei que estava – e se mantém – em vigor. Manifestaram então validamente a sua posição 2.664.884 cidadãos, um número infinitamente superior ao imaginável por qualquer outra forma. Ninguém, na altura, considerou legítimo avançar com



o texto que a AR já tinha aprovado na generalidade.

Entendemos que, tendo o Povo português sido chamado a expressar-se sobre esta questão, não devemos alterar a lei em violação da resposta que recebemos sem que a mesma seja de novo devolvida ao Povo. Por isso, não estamos disponíveis para, sem a convocação de novo referendo, alterar a lei.

Sentimos também que não devemos convocar já um novo referendo. Por razões de um compromisso eleitoral que livremente assumimos nesta legislatura, e que por si é decisivo.

(...)

Agendamento

Quarta-Feira, dia 10 de Março de 2004-15:00h

Proposta de Lei n.º 112/IX (GOV)
(Estabelece o Estatuto do Administrador da Insolvência)

Quinta-Feira, dia 11 de Março de 2004-15:00h

Eleição do Conselho de Fiscalização do SIS

Eleição dos Vogais do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Projecto de Lei n.º 396/IX (PS)
(Institui o Conselho Nacional de Saúde)

Projecto de Lei n.º 399/IX (PS)
(Lei de Bases da Saúde)

Discussão conjunta:
Apreciação Parlamentar n.º 66/IX (PCP)
Apreciação Parlamentar n.º 68/IX (PS)
(Cria a Entidade Reguladora da Saúde)

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 12 de Março de 2004-10:00h

Perguntas ao Governo

O PSD pergunta

Requerimento ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

Sobre a apresentação de prova de vida para os aposentados e pensionistas residentes em Macau

Dep Eduardo Moreira Neves

Requerimento ao Ministério da Saúde
Sobre o serviço de pediatria do hospital Sousa Martins

Dep(s) Ana Manso, Fernando Lopes

Requerimento ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação
Sobre as portagens na Auto-Estrada A25

Dep(s) Ana Manso, Fernando Lopes



Intervenção sobre a interrupção voluntária da gravidez

Deputado Guilherme Silva

Assembleia da República, 3 de Março de 2004

(...)

A posição do Grupo Parlamentar do PSD a propósito do debate que hoje aqui travamos é clara e assenta em 3 pontos essenciais, que passo a enunciar:

Primeiro ponto: a alteração ao quadro legal que actualmente regula a interrupção voluntária da gravidez é uma matéria do foro individual de cada um; uma questão que releva, acima de tudo, da consciência de cada cidadão.

(...)

Em democracia os Partidos são importantes. Mas o exercício da democracia não se esgota nos Partidos. O exercício da cidadania está, por essência, nos cidadãos. E os cidadãos estão antes e estão para além dos partidos políticos. É esta a nossa concepção. A concepção humanista e personalista que temos do cidadão e da sua vida em sociedade.

É este, aliás, um legado que nos deixou Francisco Sá Carneiro e que preservámos intacto.

(...)

Segundo ponto: a alteração da legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez só deve ser decidida por via de referendo. Esta é, de resto, matéria que, pela sua natureza, deve ser objecto de decisão por via referendária.

Nesta questão singular, 230 Deputados não devem decidir em nome de milhões de Portugueses. Não porque não possam ter legitimidade formal para o efeito. Mas sim porque a questão, sendo menos uma questão de orientação política e mais uma questão de exercício de um particular direito de cidadania, deve ser confiada, na sua decisão, à vontade colectiva e directa da generalidade dos cidadãos.

Esta é, por excelência, matéria de referendo.

(...)

Terceiro ponto: os Deputados do PSD – como, de resto, a esmagadora maioria dos Deputados desta casa – não têm, nesta legislatura, qualquer mandato específico dos eleitores quer para votarem uma nova Lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, quer para desencadearem a convocação de um novo referendo, que vise a alteração da lei actual.

(...)

A conclusão é, por isso, elementar: há 2 anos atrás todos prometeram respeitar o resultado do referendo de 1998; há 2 anos atrás, todos se comprometeram a não fazer alterações à lei em vigor que não fosse através de novo referendo; há 2 anos atrás, ninguém assumiu o compromisso de desencadear nesta legislatura um novo referendo sobre a questão da interrupção voluntária da gravidez.

Em qualquer matéria – mas particularmente numa matéria sensível e delicada como esta – **devemos ser humildes e coerentes.**

A humildade significa que não devemos impor a nossa opinião pessoal e individual – qualquer que ela seja – à opinião dos cidadãos que aqui estamos a representar.

Por isso respeitamos e saudamos os movimentos que a este propósito emergem da sociedade civil – tanto o dos cidadãos que subscreveram a petição do referendo, como saudamos os que, com igual legitimidade, apresentaram petição no sentido da não liberalização do aborto.

(...)

A coerência reclama sermos fiéis aos compromissos firmados com os eleitores. Nenhum Partido firmou, em 2002, o compromisso de convocar um referendo até 2006. Mais. Nem sequer nenhum partido propôs essa eventualidade.

(...)

Em consequência, o PSD assumirá esta posição clara e coerente:

- votaremos contra os vários Projectos de Lei apresentados. A razão é simples: a Assembleia da República não tem mandato para desrespeitar a vontade politicamente soberana dos cidadãos assumida no referendo de 1998.

Não pensamos deste modo porque o resultado de 1998 foi o que foi. Se tivesse sido outro, continuaríamos a pensar da mesma forma.

Uma maioria conjuntural nesta Assembleia não deve, em circunstância alguma, alterar, mudar ou revogar a vontade popular assumida, de forma directa e politicamente soberana, pelos cidadãos que participaram no referendo.



É uma elementar questão de princípio.

- Votaremos também contra o Projecto de Resolução visando a imediata convocação de um novo referendo. A razão é igualmente linear: nenhum de nós obteve, nas últimas eleições, um mandato popular no sentido da convocação nesta legislatura de um novo referendo sobre esta matéria. Pelo contrário, todos quantos advogam que a questão se deve decidir por via referendária – o PSD, o PS e o CDS/PP – todos assumiram nas últimas eleições que ainda era cedo para o fazer, que era prematura a sua realização e nenhum dos três Partidos fez, antes das eleições, qualquer proposta nesse sentido aos cidadãos eleitores.

Devemos, pois, respeitar agora o que antes afirmámos.

É uma questão de coerência.

- Que fique claro. Em nossa opinião, um novo referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez só deve realizar-se na próxima Legislatura.

Baseamos esta nossa posição em todas as razões já aduzidas e ainda numa outra: **uma legislatura não deve ser tempo politicamente bastante para a realização de um novo referendo sobre a mesma matéria. Duas legislaturas – oito anos – deve ser a fronteira temporal mínima a partir da qual uma nova consulta popular pode ser desencadeada.**

É uma questão de razoabilidade

democrática e de estabilidade mínima do dever de respeito pela vontade popular livremente expressa.

Não devemos brincar aos referendos. Usar um referendo para tomar uma decisão é legítimo. **Abusar do referendo, apenas porque não se gosta ou não se concorda com o resultado do referendo anterior, é um acto de verdadeira indignidade política.**

(...)

A seu tempo os Portugueses pronunciar-se-ão sobre se querem ou não liberalizar o aborto, se querem, ou não, despenalizar a interrupção voluntária da gravidez.

Mas está ao nosso alcance, desde já, tomar as medidas e accionar as decisões que permitam prevenir e evitar a opção pela realização de um aborto;

que façam com que a lei de 1984 – 20 anos depois – seja eficazmente cumprida, o que infelizmente ainda hoje não sucede;

que levem a que a informação, o esclarecimento e a educação para uma sexualidade responsável sejam, em pleno século XXI, uma realidade vivida e não um desejo platónico;

que conduzam a que os vários meios de planeamento familiar possam ser efectivamente utilizados e de acesso garantido e fácil a todos, em particular aos jovens e adolescentes;

que garantam que o Estado ajuda e apoia a maternidade, de forma decididamente empenhada e eficaz.

(...)

Intervenção sobre o Código do Trabalho

Deputada Ana Manso

Assembleia da República, 4 de Março de 2004



trabalho.

Com efeito, o **Código do Trabalho** que entrou em vigor no passado dia 1 de Dezembro, após um processo discutido em toda a sociedade civil, verdadeiro referencial de concertação social e de debate nesta Assembleia da República, constitui um diploma estrutural que regulamenta as relações laborais em Portugal.

Mas, também é um instrumento imprescindível na modernização das leis laborais.

E ainda, uma exigência do espaço europeu e da economia mundial.

Na verdade, **o grande desafio da economia portuguesa é o da competitividade no mercado europeu e global**, sendo essencial criarmos condições para **aumentar a produtividade e a competitividade das nossas empresas**, facilitando a sua adaptação aos desafios das novas tecnologias e da globalização dos mercados.

Impõe-se, pois, modernizar as leis laborais, como forma, por excelência, de enfrentar os novos desafios que a todos nos são propostos em resultado das modificações da sociedade, da economia e, sobretudo, das novas relações de trabalho.

É preciso regular as novas formas de organização do trabalho, sem esquecer os direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, perseguindo os objectivos da competitividade e da produtividade, como única forma de garantir os postos de trabalho existentes e criar novos empregos.

Desde logo porque permite a criação de condições para o desenvolvimento da competitividade e da maior produtividade, pelo recurso à **flexibilidade horária, funcional e geográfica** bem como ao regime da **adaptabilidade**.

Depois, porque consagra de forma expressa e inequívoca, **novos e melhores direitos dos trabalhadores**, designadamente ao nível dos direitos da personalidade bem como da igualdade e não discriminação.

E ainda, porque se reforçam os direitos relativos à maternidade e paternidade, com vista à compatibilização da vida familiar e das responsabilidades educativas dos trabalhadores com a sua vida profissional, através da adopção de medidas até aqui inexistentes, como a passagem voluntária a um **regime laboral de tempo parcial ou com flexibilidade de horário para quem tem filhos menores de 12 anos** ou as **faltas para assistência a netos**.

(...)

Mas para a plena entrada em vigor e completo sucesso deste Código, torna-se necessário aprovar a respectiva regulamentação. É o que a todos se nos pede, hoje e aqui nesta Câmara.

Estão em causa matérias que, devido ao seu conteúdo não se justificava que constassem de um diploma com a natureza de Código mas que não deixam por isso de ser importantes, na medida em que condicionam a aplicação e a exequibilidade de grande parte das suas normas.

As regras adoptadas na proposta em discussão revelam uma visão personalista da sociedade, evidenciando as preocupações humanistas e sociais deste Governo.

Conforme prometido, esta proposta consagra quase que o universo de matérias sujeitas a regulação especial, de modo a concentrar num só diploma o que até aqui se repartia por uma panóplia imensa de diplomas, objectivo aliás também perseguido e alcançado pelo Código do Trabalho.

(...)

Com a aprovação e entrada em vigor deste novo diploma, Portugal terá um novo quadro legal regulador das relações de trabalho mais moderno e mais conforme com um País da UE.

O Código do Trabalho, agora complementado pela respectiva legislação regulamentar, concretiza um quadro normativo que, simultaneamente, permite a empregadores e trabalhadores promover melhores níveis de produtividade, gerar empresas mais competitivas e criar melhores condições de trabalho.

(...)

Observatório

Aniversários e outras festas

Sem mensagem, o BE insulta os que o seu próprio povo elegeu por maioria absoluta (PSD e PP). Já estamos habituados. Os Portugueses também, como comprova o "tamanhinho" do Bloco..."

Gonçalo Capitão, A Capital, 03/03/04

Vamos a Isto!

Os portugueses em geral estão mais conscientes das suas responsabilidades, dos desafios que enfrentam e das oportunidades que podem explorar.

António Malheiro, Diário Económico, 03/03/04

A Guerra Mundial em Curso

Os elementos essenciais para combater o terrorismo de forma eficaz permanecem os mesmos: desenvolvimento económico e social, justiça

internacional e democracia política, todos em conjunto e todos(...) no mesmo sentido.

José Pacheco Pereira, O Público, 04/03/04

Credibilidade

Acredito na política que não diz o contrário da verdade. É credível quem não diz a verdade ou quem muda de verdade na altura que lhe convém. Quem diz a verdade sempre não é credível. Estranho.

Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 04/03/04

A lição do debate sobre o Aborto

O exercício da democracia não se esgota nos partidos. O exercício da cidadania está, por essência, nos cidadãos. E os cidadãos estão antes e estão para além dos partidos políticos. É esta a nossa concepção. A concepção humanista e personalista que temos do cidadão e da sua vida em sociedade..

Guilherme Silva, A Capital, 05/03/04

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na reunião do dia 4, na Presidência do Conselho, aprovou 13 diplomas, dos quais quatro Decretos-Lei de transposição de directrizes da EU, um DL, duas propostas de Resolução e dois Decretos ligados a assuntos diplomáticos e de diplomacia económica, duas Resoluções, um Decreto-regulamentar e um projecto de Lei. Os textos aprovados foram os seguintes:



Regime jurídico das armas e suas munições

Proposta de Lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico das armas e suas munições.

Com o objectivo de salvaguardar a ordem, segurança e tranquilidade públicas, estabelecendo as condições adequadas para o combate ao tráfico e comércio ilegal de armas e para um controlo efectivo do uso e porte de armas por parte dos cidadãos, pretende o Governo, através da presente proposta de lei, obter autorização da Assembleia da República para proceder à revisão do regime jurídico relativo ao fabrico, montagem, reparação, importação, exportação, transferência, armazenamento, circulação, comércio, cedência, detenção, manifesto, guarda, segurança, uso e porte de armas e suas munições, bem como à consagração legal de uma específica tipificação criminal e contra-ordenacional.

Transposições para a ordem jurídica nacional

Quatro Decretos-Lei transpõem para a ordem jurídica nacional diversas directrizes da EU, a saber: Directiva 2003/27/CE da Comissão, de 3 de Abril de 2003, que adapta ao progresso técnico a Directiva 96/96/CE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1996, no que diz respeito ao **controlo das emissões de escape dos veículos a motor**, e altera o Decreto-Lei n.º 554/99, de 16 de Dezembro. O presente Decreto-Lei vem integrar no direito nacional a Directiva 2003/27/CE, da Comissão, e adaptar ao progresso técnico a legislação no que diz respeito ao controlo das emissões de escape dos veículos a motor, pois é importante assegurar a qualidade da manutenção dos veículos a motor não só no plano da segurança rodoviária, como também no da redução das emissões provenientes dos transportes rodoviários, contribuindo de forma significativa para a qualidade do ar. Com a entrada em vigor deste diploma, permite-se ainda a emissão de 2.ª via da ficha de inspecção

Directiva 2003/26/CE da Comissão, de 3 de Abril, que adapta ao progresso técnico a Directiva 2000/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Junho de 2000, no que diz respeito aos **dispositivos de limitação de velocidade e às emissões de escape dos veículos comerciais**, e altera os anexos I e II do Decreto-Lei n.º 92/2003, de 30 de Abril. Este diploma procede a diversas alterações ao Decreto-Lei n.º 92/2003, a fim de harmonizar o regime aplicável às inspecções técnicas na estrada, para veículos pesados e seus reboques, às novas exigências previstas na Directiva 2003/26/CE, da Comissão, que altera a Directiva 2000/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos dispositivos de

limitação de velocidade e às emissões de escape dos veículos comerciais.

Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 212/2003, de 17 de Setembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 99/72/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Julho de 1999, que estabeleceu **medidas de protecção contra zoonoses e certos agentes zoonóticos** em animais e produtos de origem animal a fim de evitar focos de infecção e de intoxicação de origem alimentar. A Inspeção-Geral das Actividades Económicas tem como atribuições velar pelo cumprimento das leis, regulamentos, instruções, despachos e demais normas que disciplinam as actividades económicas, pelo que não se encontra vocacionada para a fiscalização de ilícitos com a natureza dos previstos no Decreto-Lei n.º 212/2003, o qual estabelece disposições relativas à recolha de informações sobre zoonoses e agentes zoonóticos e as medidas a adoptar nesse domínio. Assim, o presente diploma tem como objectivo revogar a disposição daquele diploma legal que confere à Inspeção-Geral das Actividades Económicas competência específica para levantar autos de notícia relativos a infracções às suas disposições.

Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2003/57/CE da Comissão, de 17 de Junho de 2003 e a Directiva 2003/100/CE, de 31 de Outubro de 2003, que alteram a Directiva 2002/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Maio de 2002, relativa às **substâncias indesejáveis nos alimentos para animais**. Neste Decreto-Lei é estabelecido como princípio que os produtos destinados à alimentação animal devem ser de qualidade sã e íntegra e, consequentemente, não devem representar, quando correctamente utilizados, qualquer perigo para a saúde humana ou animal ou para o ambiente, nem ser susceptíveis de afectar negativamente a produção pecuária. É, portanto, proibida a utilização ou a entrada em circulação de produtos destinados à alimentação animal com uma concentração de substâncias indesejáveis que exceda os limites máximos legalmente definidos. Além disso, as substâncias indesejáveis só podem estar presentes nos produtos destinados à alimentação animal nas condições fixadas no presente diploma, não podendo ser usadas de nenhum outro modo na alimentação animal.

Prescrição e a preparação de medicamentos manipulados

Decreto-Lei que regula a prescrição e a preparação de medicamentos manipulados: apesar do peso crescente que a actividade industrial tem na produção de medicamentos, não é despicienda a possibilidade de as farmácias de oficina e outros serviços farmacêuticos preparem fórmulas

Conselho de Ministros

magistrais ou preparados oficiais de forma individualizada e por sua própria iniciativa. Ciente da importância de um regime único e claro aplicável aos medicamentos manipulados, o Governo aprovou hoje um Decreto-Lei que tem por objecto a definição de regras específicas a aplicar na preparação e prescrição dos chamados medicamentos manipulados. Trata-se de clarificar e harmonizar o actual regime, disperso por documentos de menor visibilidade e força normativa, reforçando ainda, e de modo inequívoco, o nível de protecção da saúde pública.

Convenção entre a República Portuguesa e a República Eslovaca

Proposta de Resolução que aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República Eslovaca para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Bratislava, em 5 de Junho de 2001.

A Convenção a que se refere a presente Proposta de Lei tem por objectivo aplicar-se aos agentes económicos de ambos os Estados Contratantes, abrangendo os impostos sobre os rendimentos neles exigidos, ou nas suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

Serão abrangidos os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os que incidem sobre o montante global dos salários pagos pelas empresas e ainda os que incidem sobre as mais-valias.

Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia

Proposta de Resolução que aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património e seu Protocolo Adicional, assinados em Liubliana, em 5 de Março de 2003.

A Convenção, aprovada através do presente diploma, aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes, visando os impostos sobre o rendimento e o património neles exigidos, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

São abrangidos os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, bem como os impostos sobre as mais-valias.

Tunísia: Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos

Um Decreto aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Tunísia sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado em Tunis, a 28 de Fevereiro de 2002.

Este Acordo tem como principal objectivo encorajar e proteger, nos territórios respectivos, a realização de investimentos por investidores da outra Parte Contratante.

O Governo teve em conta o actual quadro económico internacional, reconhecendo o papel desempenhado pelos fluxos de investimento no reforço da cooperação económica e na promoção da prosperidade dos dois países.

Considerou-se ainda o quadro de cooperação mediterrânica, onde os dois países têm desenvolvido esforços conjuntos no sentido de reforçar a cooperação existente.

Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Polónia no Domínio do Turismo

Também por Decreto foi aprovado o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Polónia no Domínio do Turismo, assinado em Lisboa, em 23 de Janeiro de 2003.

O Acordo hoje aprovado tem por objectivo, através dos mecanismos de dinamização ao dispor das Partes Contratantes, desenvolver e fortalecer a cooperação na área do Turismo, nas suas várias formas e meios, estabelecendo a constituição de uma Comissão Mista com vista à sua aplicação plena.



Controlo do mercado lícito de drogas

Um Decreto Regulamentar altera o Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, que estabelece as regras relativas ao controlo do mercado lícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores e outros produtos químicos susceptíveis de utilização no fabrico de droga.

As alterações propostas correspondem a adaptações regulamentares internas exigidas pela incorporação, realizada pela Lei n.º 47/2003, das sementes de cannabis não destinadas a sementeira, sujeitando-as ao regime de controlo e fiscalização, bem como às sanções respectivas, previsto naquele diploma. Optou-se por introduzir ligeiras alterações no Decreto Regulamentar n.º 61/94 (que estabelece as regras relativas ao controlo do mercado lícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores e outros produtos químicos susceptíveis de utilização no fabrico de droga), na sua redacção actual, dada pelo Decreto Regulamentar n.º 23/99.

Contrato entre o Governo e Cooperativas Leiteiras

Resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a AGROS-União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, UCRL, a PROLEITE-Cooperativa Agrícola de Produtores de Leite do Centro Litoral, CRL, a LACTICOOP-União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Mondego, UCRL, a LACTOGAL, SGPS, SA e a LACTOGAL-Produtos Alimentares, S.A., para a realização de um projecto de investimento em Modivas, Concelho de Vila do Conde.

O projecto de investimento da LACTOGAL-Produtos Alimentares, S.A. ascende a um montante total de cerca de 49,6 milhões de euros. Este mesmo projecto visa a criação de uma nova unidade fabril para leite UHT, dando resposta nos pontos críticos de natureza ambiental, higio-sanitários e de ordenamento territorial presentes nalguns dos actuais centros fábrics.

A nova fábrica, localizada em Modivas, concelho de Vila do Conde, prevê 134 postos de trabalho.

Transformando um total de 580 milhões de litros por ano, dos quais estão afectos numa primeira fase de investimento 320 milhões, a nova fábrica de Modivas será a principal unidade de negócio da Lactogal, contribuindo significativamente para a sustentação do seu volume de negócios, que actualmente se eleva a 652 milhões de euros.

Prevê-se, para 2006, que sejam exportadas 32.000 toneladas de leite UHT, assegurando assim esta unidade uma boa parte das exportações da Lactogal, que se situam em cerca de 50 milhões de euros por ano.

A Lactogal tem um capital social de 150 milhões de euros e é uma empresa de capitais nacionais totalmente detida pelas três maiores organizações do sector cooperativo leiteiro - a Agros, a Proleite e a Lacticoop - as quais concentraram, a partir de 1996, as suas actividades e recursos afectos à comercialização e transformação de leite e lacticínios anteriormente desenvolvidas individualmente.

Gestor da Intervenção Operacional da Ciência, Tecnologia e Inovação

Por Resolução do Conselho de Ministros foi nomeado como gestor da Intervenção Operacional da Ciência, Tecnologia e Inovação o Eng.º Francisco Maria Burguete de Sousa Soares.

Notícias dos Açores

Conselho Regional do PSD/Açores aprova para Março coligação com CDS

O Conselho Regional do PSD/Açores aprovou, por unanimidade, o projecto de Acordo de Coligação com o CDS-PP, que será formalizado no mês de Março. No final dos trabalhos que terminaram na madrugada do passado dia 29 de Fevereiro na cidade da Horta, o órgão máximo entre congressos do maior partido da Oposição açoriano, procedeu também, por unanimidade, à indigitação formal de Victor Cruz para Presidente do Governo Regional.

O comunicado das conclusões da reunião apresentado esta manhã pelo líder do Partido, Victor Cruz, e pelo presidente do Conselho Regional, Carlos Costa Neves, refere que a situação política, económica e social dos Açores “exige que o PSD lidere um projecto de governo de carácter reformador e reformista”, considerando que os oito anos de governação socialista provocaram um “crescimento desigual” da Região, com o “abandono injusto das ilhas mais pequenas ou mais distantes”. “Ao fim de dois mandatos e de mais de mil milhões de contos gastos, os Açores continuam a região mais pobre do país”, acrescenta.

Neste contexto, a coligação do PSD com o CDS/PP “propõe aos açorianos um novo governo, com uma nova estrutura e com capacidade para transformar os Açores numa das regiões mais ricas do país, no espaço de uma geração”. Os social-democratas defendem que a optimização dos fundos comunitários do próximo Quadro Comunitário de Apoio, aplicável já na alargada União Europeia a 25 Estados, “é fundamental para potenciar os nossos recursos materiais e financeiros em processos de sinergias através de parcerias com as autarquias e com a iniciativa privada”. As Sociedades de Desenvolvimento por ilha ou, nalguns casos, por concelho e conjuntos de concelhos que o PSD propõe criar com capitais públicos e privados são, assim, “um instrumento adequado à diversificação económica e à concretização de um projecto integrado de desenvolvimento para cada uma das



nossas ilhas”.

Para o Conselho Regional do PSD, o Poder Local açoriano é também decisivo na promoção do desenvolvimento dos Açores. O PSD “acredita nas virtudes da descentralização e no princípio da subsidiariedade” e assume, por isso, o compromisso de criar condições financeiras através de um programa especial inserido no IV Quadro Comunitário de Apoio que permita às Autarquias Locais cumprir cabalmente as funções de primeiros agentes do desenvolvimento local. Os social-democratas “não se conformam com o facto dos açorianos se limitarem a viver melhor na Região mais pobre de Portugal”. A coligação do PSD com o CDS/PP “tem outra ambição, tem outra visão”, porque “os Açores merecem melhor”.

O Conselho Regional, que reuniu mais de uma centena de participantes de todas as ilhas, apoiou a formação de “um amplo movimento açoriano, onde se incluam todos aqueles que ambicionam mais do que a continuidade e defendam a concretização da

alternância democrática no novo governo dos Açores”. Nesta perspectiva, o PSD realizará uma convenção destinada à recolha de contributos para as bases de um novo Programa de Governo, com a participação de personalidades independentes, empenhados em novas soluções de governação para os Açores.

Victor Cruz e Costa Neves afirmaram também aos jornalistas que as eleições para o Parlamento Europeu representam um “especial desafio para os Açores”, numa União Europeia alargada, num quadro de reforma institucional, e de definição dos recursos orçamentais comunitários no Quadro Comunitário de Apoio para 2007-2013. Na sua opinião, a afirmação dos Açores na União Europeia “impõe uma adequada defesa” do Estatuto da Ultraperiferia, que signifique uma “discriminação positiva” dos Açores e uma representação açoriana no Parlamento Europeu. Assim, tendo como objectivo político a eleição de um eurodeputado próprio, o PSD/Açores apresentará em lugar elegível, na lista nacional da coligação PSD-CDS/PP, um candidato açoriano às próximas eleições para o Parlamento Europeu.

Por outro lado, a anunciada decisão da Associação Nacional dos Industriais de Lacticínios dos Açores, no sentido de baixar o do pagamento do leite aos produtores açorianos, foi considerada pelo Conselho Regional como “motivo de preocupação para o PSD”. O comunicado social-democrata refere que o ano de 2003 “não foi bom” para os produtores de leite dos Açores e que os aumentos generalizados dos preços dos factores de produção, com especial destaque para os adubos e as rações, “têm afectado de forma negativa o seu

rendimento”.

O Conselho Regional defendeu que a indústria açoriana “deve reivindicar o que considerar determinante para a responsabilidade industrial e comercial que detém”. O PSD considera “gravosa” a redução unilateral do preço do leite imposto pela indústria e adianta ser “importante a procura de soluções equilibradas que garantam a estabilidade do sector”. Neste contexto, os social-democratas apelam ao “diálogo construtivo” entre as partes, acompanhado pelo governo regional.

No final da sua análise da actual situação política açoriana, o Conselho Regional constatou que o clima político dos Açores é já de plena pré-campanha eleitoral para as legislativas regionais e recordou que “nunca uma campanha eleitoral começou tão cedo”. Para o PSD, “a perspectiva do fim do actual ciclo de governação, com oito anos de mandato, desorientou Carlos César”. Na sua opinião, o PS “não tem projecto para o futuro dos açorianos, preocupa-se apenas com a sua continuidade no poder e limita-se a atacar a alternativa de governo protagonizada pelo PSD”.

O comunicado social-democrata refere que “o PS e o seu Governo já são passado”, enquanto “o PSD assume o dever democrático de liderar um projecto político para um novo governo e uma nova ambição para o desenvolvimento dos Açores”. O PSD propõe ao eleitorado “a formação de um movimento açoriano, onde se incluam todos aqueles que ambicionam mais do que a mera continuidade e defendam a concretização da alternância democrática no novo governo dos Açores”.

– Fonte: PSD/Açores



Notícias dos Açores (Conclusão)

Victor Cruz visita a Vila do Nordeste e comenta o próximo acto eleitoral



O presidente do PSD/Açores anunciou no passado dia 26 de Fevereiro, na Vila do Nordeste, que “está já em vias de resolução” um processo de construção de 40 habitações sociais que se encontrava pendente desde 1997. Victor Cruz explicou que a Câmara Municipal do Nordeste e o novo Governo da República, através do Instituto Nacional da Habitação, vão resolver em breve o problema de quatro dezenas de famílias nordestenses que foi sucessivamente adiado pelos governos socialistas de Carlos César e António Guterres.

No final da sua visita ao Loteamento do Topo, na Vila do Nordeste, o candidato social-democrata a Presidente do Governo Regional considerou que o sector da habitação, em especial a Habitação Social, constitui “uma prioridade” da futura governação liderada pelo PSD. “Esta é claramente uma área que precisa e merece uma verdadeira conjugação de esforços entre os poderes local, regional e nacional”, prosseguiu, para concluir que “só o PSD está em condições de assegurar essa cooperação”.

Os 40 casos de realojamento que se encontravam pendentes no concelho do Nordeste desde há sete anos, na opinião de Victor Cruz, “representam mais uma triste história de discriminação política” por parte do Governo Regional do PS para com as autarquias que não são da sua cor partidária. Mas agora que a resolução do problema se perspectiva entre a Câmara Municipal do Nordeste e o Governo da República, acrescentou, “simbolizam também um caso de sucesso nas virtualidades da cooperação quando existe uma verdadeira vontade de colaborar”.

Por sua vez, José Carlos Carreiro, presidente da Câmara Municipal do Nordeste, aproveitou a oportunidade para se congratular publicamente com a “intervenção eficaz” de Victor Cruz no desbloquear deste processo que envolve verbas superiores a dois milhões de euros e que, como o Executivo de Carlos César de não tomou uma única iniciativa de construir qualquer loteamento em todo o concelho, obrigou a Câmara a substituir-se ao Governo Regional em matéria de habitação. “Este governo abandonou-nos e anda a brincar com a vida das pessoas que aguardam respostas há quase 10 anos”, disse.

Carlos César falta à verdade sobre o seu adversário

Victor Cruz aproveitou a sua deslocação ao Nordeste para reafirmar que os açorianos serão confrontados em Outubro com duas opções: “ou mantêm os que lá estão, com pouca cooperação e muita discriminação, ou escolhem um novo governo capaz de resolver os problemas com todos e para todos”. O presidente do PSD avisou ainda que “nos próximos meses vamos assistir a subsídios dados à última hora, tudo fazendo por causa das eleições”, mas “não é justo condicionar a vida das pessoas ao calendário político”. Para Victor Cruz, “o calendário político deve ter sempre presente as necessidades dos açorianos e não o egoísmo do partido que está no poder”.

O líder social-democrata repudiou, a propósito, o comportamento de Carlos César nas suas recentes iniciativas de pré-campanha eleitoral. “Não podemos aceitar que o Presidente do Governo diga mentiras sobre os seus adversários

políticos”, quando “esta campanha tem que ser um momento de verdade e de esclarecimento dos açorianos”, afirmou. Infelizmente, prosseguiu, “o PS começa a dar sinais de nervosismo e o Presidente do Governo começa a baixar o nível do debate”. “Os açorianos merecem um Presidente do Governo que respeite o seu adversário”, acrescentou Victor Cruz. Pela nossa parte, concluiu, “não vamos deixar que a mentira prevaleça sobre a verdade”. - **Gab. Press. PSD/Açores**



Victor Cruz em Cabo Verde

Victor Cruz encerrou, no fim do mês passado e na Cidade da Praia (Cabo Verde), a sessão solene de abertura da Convenção Nacional 2004 do “Movimento para a Democracia” (MpD) da República de Cabo Verde. O líder do PSD/Açores foi o “convidado de honra”, como único representante de Portugal, no congresso autárquico do maior partido da oposição cabo-verdiana, realizado sob o lema “Ganhar para Governar”.

O MpD, que integra internacionalmente a mesma família política do Partido Social-Democrata, vai disputar em Março a conquista das 17 autarquias locais das dez ilhas de Cabo Verde e tentar regressar ao poder nacional nas eleições legislativas de 2006. As semelhanças da actual situação política nos Açores e em Cabo Verde foram, aliás, evidenciadas por Victor Cruz no discurso, sucessivamente interrompido por aplausos, que dirigiu aos cerca de mil dirigentes, candidatos e apoiantes do MpD presentes no Palácio da Assembleia Nacional.

“Quando perdemos as eleições regionais há oito anos nos Açores, aguentámos corajosamente as autarquias locais, que continuam a desenvolver um excelente trabalho em benefício das nossas populações”, afirmou o presidente do PSD/Açores, para acrescentar que “os desafios do desenvolvimento impõem agora novas conquistas no plano regional”. “Identificamo-nos com a estratégia de ‘Ganhar para Governar’, porque os autarcas são a ‘raiz da vitória’ dos nossos futuros governos nos Açores e em Cabo Verde”, concluiu.

Para o dirigente açoriano, “a maior riqueza de Cabo Verde, tal como nos Açores, é a força do seu povo”. “Somos insulares, temos um mar que nos deve unir em vez de separar e construímos um grande projecto político contra adversidades históricas, que nos torna imprescindíveis para assegurar um futuro melhor na nossa terra”, afirmou Victor Cruz. Na sua opinião, os dois partidos apresentam “uma obra que nos orgulha”, mas “temos que ser ambiciosos porque agora o que importa é olhar para a frente”.

O candidato a Presidente do Governo Regional açoriano aproveitou ainda a sua intervenção na abertura da Convenção Nacional do MpD para reafirmar a necessidade de promover uma “aproximação efectiva” entre a Região Autónoma dos Açores e a República de Cabo Verde. “Sempre que dois cooperam, cada um fica mais forte”, explicou. - **Gab. Press. PSD/Açores**



Notícias do CPD do Porto

Guilherme Silva em Valongo na posse do núcleo de Campo



«Vim de Timor às três da manhã, cheguei a Lisboa às 11 e agora aqui estou», afirmou o presidente do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República, Guilherme Silva, no início do jantar de tomada de posse do Núcleo de Campo, em Valongo. Neste dia a Comunicação Social explorava a possibilidade do líder do PSD na AR não se recandidatar à liderança da bancada.

Sobre esta problemática, que foi levantada na altura da visita, o Dr. Guilherme Silva disse que a sua continuação na liderança do PSD na AR será discutida na altura e na sede própria.

Mas sobre esta questão, o Vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República e presidente da distrital do PSD/Porto, Marco António Costa afirmou que «difícilmente o grupo parlamentar encontrará alguém com a capacidade do Dr. Guilherme Silva, de saber galvanizar e conciliar para tarefas difíceis, muitas vezes incompreendidas e pesadas sob o ponto de vista político».

O responsável social-democrata pelo distrito do Porto observou ainda que «para a maioria, não havia necessidade de se realizar eleições». O Vice-Presidente da bancada laranja reconhece, no entanto, que «Ser o líder parlamentar da maioria do maior partido da coligação, que governa um país que tem atravessado uma situação económica tão

difícil, é sem dúvida um trabalho pesado.».

A concluir e referindo-se ainda a estas notícias, Marco António Costa manifestou uma enorme satisfação por ver que o Dr. Guilherme Silva está em tão alta conta junto de analistas e da Comunicação Social em geral. - **Gab. Press. CPD Porto**



CPS de Braga visita Arcos

Tendo em vista o reforço da relação de proximidade com os cidadãos do concelho, através do estreitamento do contacto com os seus autarcas das Freguesias, a Comissão Política da Secção de Braga do PSD, elementos da Juventude Social Democrata e membros do Gabinete de Acompanhamento aos Autarcas das Freguesias (GAAF) prosseguiram neste Sábado o Ciclo de visitas às Freguesias do Concelho, mediante a deslocação a Arcos (S. Paio).

A freguesia de Arcos mantém um cariz predominantemente rural, quase atípico face à proximidade do centro urbano do concelho, à facilidade de acesso e à situação verificada em freguesias análogas.

Na base desta situação, recorde-se que a construção em Arcos (S. Paio) esteve vários anos condicionada devido ao espaço de reserva criado para a instalação da Variante Sul a Braga. Se durante tal período a população mais jovem teve de sair da freguesia, uma vez que não existiam locais para construir as suas habitações, esta situação tende a alterar-se rapidamente. Hoje em dia, evidencia-se mesmo uma sensível intensidade construtiva, marcada pelo aparecimento de novos loteamentos e moradias.

Na óptica dos autarcas do PSD, este crescimento deverá ser devidamente planeado e acompanhado de valências que permitam criar boas condições de qualidade de vida para a população. Na verdade, importa que este fenómeno reverta a favor da própria freguesia e que se criem dinâmicas de desenvolvimento que de uma forma tranquila, permitam ultrapassar a transição de um meio mais rural para um meio mais urbano.

Ontem, foi já possível observar a falta de planeamento urbanístico patente em muitos desses loteamentos, numa infeliz extensão de situações que normalmente encontramos na malha urbana. Com a obsessiva tentativa de maximização do lucro, também em Arcos existem loteamentos onde se tenta construir o máximo de fogos possível num curto espaço de terreno, sem deixar espaço para zonas e equipamentos de carácter social.

Para o PSD é importante que haja uma dinâmica cultural e social, abrangendo actividades e espaços, para promover a ocupação dos tempos livres da juventude da freguesia, sendo premente a intervenção no Parque Desportivo. Saliendo a importância da abertura recente do Jardim de Infância, os autarcas do PSD apelaram a um reforço da transparência e da fiscalização das obras promovidas pela Junta.

Confrontado com tais problemas e com a informação de que o actual presidente da Junta de Freguesia de Arcos S. Paio já vai no seu sétimo mandato, o Presidente do PSD, Ricardo Rio, considerou que o mesmo parece padecer do mesmo mal que o presidente da Câmara de Braga: pode ter tido historicamente uma intervenção importante na evolução da freguesia, mas hoje já se começa a revelar incapaz de se adaptar às novas exigências. - **CPS/PSD Braga.**



O Primeiro-Ministro no Brasil

VII Cimeira Luso-Brasileira decorreu em Brasília, no âmbito da visita oficial de Durão Barroso

O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, chegou no sábado ao Brasil para uma visita de três dias no âmbito da VII Cimeira Luso-Brasileira, que decorreu na segunda-feira em Brasília.

Segundo o programa, o Primeiro-Ministro começou a visita no Rio de Janeiro onde no Domingo teve um encontro com a comunidade portuguesa, no Palácio de São Clemente.

No dia seguinte, em Brasília, Durão Barroso reuniu-se pela manhã com o presidente brasileiro, Luiz Inácio da Silva (Lula), no Palácio do Itamaraty, antes da abertura dos trabalhos da Reunião Plenária da VII Cimeira Luso-Brasileira.

Depois de estar presente num almoço oferecido pelo Presidente brasileiro, o Primeiro-Ministro português assinou, na Sala dos Tratados do Itamaraty, com Lula da Silva, os acordos bilaterais da VII Cimeira.

À tarde, Durão Barroso encontrou-se com o presidente do Senado, José Sarney, ex-Presidente do Brasil e ex-Embaixador em Portugal e com o Presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha.

Ao princípio da noite, Durão Barroso ofereceu um jantar ao presidente do Brasil, na residência oficial do embaixador de Portugal em Brasília.

No último dia da visita, terça-feira, o primeiro-ministro deslocou-se a São Paulo para assistir a um concerto no pátio do Colégio, local onde foi fundada a cidade há 450 anos, executado pelo Coro e Orquestra de Câmara América Antiga que interpretará uma missa do músico português André Gonçalves.

Durão Barroso seguiu depois para a Estação da Luz onde, acompanhado pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, visitou as instalações do futuro Centro de Língua Portuguesa.

Após esta deslocação, o Primeiro-Ministro português é convidado por Geraldo Alckmin para um almoço, regressando a Portugal ao fim do dia.

Segundo fontes oficiais, a proposta da criação de um Conselho Empresarial Portugal-Brasil foi discutida na passada quinta-feira, em Brasília, na primeira reunião da Subcomissão Económica, Financeira e Comercial dos dois países, conforme



O Primeiro-Ministro, discursa durante o almoço que ofereceu em honra da Comunidade Portuguesa e empresários com investimento no Brasil, no Palácio de S. Clemente, no Rio de Janeiro.

- Foto André Teixeira, Lusa

informação de fontes oficiais.

As duas partes devem estabelecer mecanismos para a criação do de um conselho empresarial cuja constituição foi anunciada durante a cimeira entre Durão Barroso e Lula da Silva, em Brasília.

A cooperação entre as agências de promoção de investimentos do Brasil (Invest Brasil) e de Portugal (API) e entre as Bolsas de Valores de Lisboa, de São Paulo (Bovespa) e de Mercados Futuros fazem também parte da agenda de trabalhos da Subcomissão.

Representantes da Confederação

Nacional da Indústria (CNI) e de grandes empresas portuguesas instaladas no Brasil, como Portugal Telecom (PT), Electricidade de Portugal (EDP), Cimpor, Brisa e Caixa Geral de Depósitos (CGD) participaram no encontro.

Os portugueses apresentaram as dificuldades enfrentadas pelas suas empresas no Brasil e analisaram também, em conjunto com a CNI, a proposta de criação do conselho empresarial luso-brasileiro.

O acordo de promoção e protecção recíprocos de

investimentos, assinado pelos dois países há 14 anos, mas não ratificado pelo Congresso brasileiro foi igualmente ser abordado no encontro.

As delegações dos dois países discutiram igualmente a cooperação nos sectores empresariais, financeiro, energético, alfandegário e a modernização da gestão pública.

Questões ligadas ao sector agropecuário como as importações de vinhos, azeite e carnes, entre outros artigos, faziam igualmente parte da agenda de trabalhos da reunião.

As duas partes analisaram ainda o fluxo de investimentos entre os dois países e o comércio bilateral.

Nos últimos dez anos, os portugueses investiram no Brasil cerca de 11 mil milhões de dólares (8,8 mil milhões de euros).

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, 26 por cento dos investimentos directos de Portugal no estrangeiro estão no Brasil.

Posição dos investimentos entre os dois países

De acordo com uma fonte do Itamaraty, os investimentos brasileiros em Portugal, em 2003, foram maiores, pela primeira vez nos últimos anos, que o valor investido pelos portugueses no Brasil, mas não foram revelados números.

Apesar disso, os investimentos brasileiros em Portugal são considerados ainda tímidos, e o governo português tem vindo a incentivar a entrada de empresas brasileiras em Portugal.

A ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, na sua recente visita ao Brasil, disse que Portugal é uma porta para o Brasil de fácil acesso ao mercado da União Europeia, tanto pela facilidade da língua comum como pelos baixos custos de produção.

As autoridades portuguesas estão interessadas também em resolver o desequilíbrio da balança comercial com o Brasil.

Em 2003, balança comercial foi favorável ao Brasil em 484,286 milhões de dólares (389,2 milhões de euros), ou seja mais 17,2 por cento do que em 2002, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



O Primeiro-Ministro no Brasil (Continuação)

Falando à comunidade portuguesa Durão Barroso salientou as excelentes relações entre Portugal e Brasil



Durão Barroso cumprimenta elementos da comunidade portuguesa do Rio, antes do almoço no Palácio de S. Clemente.

– Foto Bruno Portela, Lusa

As exportações para Portugal em 2003 totalizaram 627,824 milhões de dólares (504,6 milhões de euros), contra importações de 143,537 milhões de dólares (115,3 milhões de euros) em resultado de uma quebra de 13,5 por cento nas compras de produtos portugueses.

Além dos empresários e do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, participaram na delegação de Portugal, no primeiro encontro da subcomissão Económica, representantes do Ministério das Finanças, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Agência Portuguesa para o Investimento, Direcção Geral do Turismo, o embaixador de Portugal no Brasil e o

delegado do ICEP.

As intervenções do Primeiro-Ministro durante a deslocação de quatro dias ao Brasil foram centradas na “captação de investimentos” brasileiros e na “promoção económica de Portugal” como porta de entrada para a Europa, de acordo com uma fonte diplomática

“Estamos interessados em estimular as exportações portuguesas para o Brasil”, declarou mais de uma vez Durão Barroso, no que seria a tónica dominante durante a VII cimeira luso-brasileira, e no decorrer dos vários contactos que manteve com os governantes do Brasil.

Nesse sentido, os ministros da Economia, Carlos Tavares, e dos

Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia, integraram a comitiva do Primeiro-Ministro, bem como o Ministro da Cultura, Pedro Roseta.

Neste momento o Brasil é apenas o 22º investidor em Portugal, tendo já Piragibe Tarragô, director do Departamento Económico do Itamaraty, como é conhecido o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, declarado que este é “um momento oportuno” para a atracção de investimentos brasileiros para Portugal, até porque “há uma atracção” para as empresas do Brasil investirem em território português devido à língua comum e também pelo alargamento iminente da União Europeia.

Piragibe Tarragô chefiou a delegação brasileira à primeira reunião da subcomissão económica, financeira e comercial Brasil-Portugal, que decorreu na quinta-feira, em Brasília.

A este respeito, fonte diplomática portuguesa sublinhou que os principais grupos portugueses têm importantes investimentos no Brasil, como a PT, CGD, Cimpor, grupo Espírito Santo, Sonae, Cerveja Cintra, grupo Pestana, entre outros.

“Portugal é um bom centro de captação de investimento e é isso que o Primeiro-Ministro também afirmou nas suas várias intervenções.

A sétima cimeira luso-brasileira decorreu em Brasília, na segunda-feira. À excepção da conferência de 1991, que foi realizada em Sintra, as anteriores cimeiras decorreram sempre nas capitais de Portugal e Brasil.

Esta foi também mais uma ocasião para Durão Barroso se reunir com o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve em Lisboa em Julho de 2003, numa visita oficial.

Além de participar na cimeira luso-brasileira, Durão Barroso multiplicou-se em várias outras iniciativas, começando, no Domingo, por um almoço no Palácio de São Clemente (Rio de Janeiro), com centenas de portugueses residentes no Brasil.

Reunião, no Rio, com a comunidade portuguesa

Nessa reunião, dirigindo-se aos nossos compatriotas, o Primeiro-Ministro recordou o especial carinho que tem pelo Rio de Janeiro, cidade na qual o seu pai nasceu. Lembrando problemas de alguns emigrantes, na regularização das respectivas situações, Durão Barroso prometeu que nos seus contactos nesta visita, faria todo o possível para ajudar à resolução e resolver situações de dificuldade material que alguns vivem, dizendo: “...há situações sociais delicadas. Por isso montámos um sistema, que está a ser levado a cabo por intermédio do Consulado, para transmitir sinais de solidariedade concreta aos que têm mais necessidades”.

O Primeiro-Ministro está também preocupado com os problemas de legalização dos emigrantes mais recentes: “... essa é uma das razões

O Primeiro-Ministro no Brasil (Conclusão)

Encontro com o Presidente brasileiro e assinatura de acordos bilaterais foram pontos altos da Cimeira



O Presidente do Brasil cumprimenta o Primeiro-Ministro português, momentos antes da reunião de segunda-feira, no Itamaraty, em Brasília.

- Foto Lusa, André Teixeira

porque estou aqui, para ver como estão em marcha os acordos que assinámos. E a verdade é que a Sra. Ministra dos Negócios Estrangeiros esteve aqui recentemente e constatou que não havia qualquer problema no relacionamento bilateral no que diz respeito à comunidade luso-brasileira, isto é, na comunidade portuguesa no Brasil e da comunidade brasileira em Portugal.”

Durão Barroso fez um balanço das relações actuais entre os dois países e afirmou que nunca estiveram tão boas. “Embora isso seja muito importante, não é apenas uma relação de afecto, uma relação de estima, marcada por esta ligação humana tão forte. É também uma relação adulta, baseada na excelência do relacionamento político e económico”.

Referiu-se depois ao investimento português no Brasil e na desejabilidade de aumentar o fluxo

oposto, ou seja do Brasil para Portugal. Sobre esse assunto, afirmou: “Hoje há também sinais, indicações muito concretas da siderurgia à informática, até ao comércio, de investimentos do Brasil em Portugal. Sabemos que o Brasil não precisa de uma porta de entrada para a Europa porque o Brasil é suficientemente grande e importante para ter relações com qualquer país europeu”, referiu Durão Barroso, que notou: “...mas a verdade é que hoje grandes empresários brasileiros já entenderam e cada vez compreendem melhor que é uma vantagem natural que têm, poderem aceder ao maior mercado do mundo [que é a *União Europeia, que em no dia 1 de Maio passa a integrar 25 países*] através de Portugal”, disse.

O Primeiro-Ministro deu a garantia aos emigrantes que até ao fim do ano poderão obter os seus Bilhetes de Identidade directamente no

Consulado, sem burocracias e disse também que vai haver uma ligação cultural mais intensa entre Portugal e o Brasil. Durão Barroso teceu também algumas considerações sobre o Estado da Nação a que todos pertencem. “Portugal está a recuperar a sua confiança, temos indicadores positivos disso, é o que dizem as organizações internacionais, desde a Comissão Europeia, à OCDE, a todos aqueles que analisam a situação da nossa economia. É por isso que eu estou aqui hoje, muitíssimo confiante no futuro imediato e no futuro mediato de Portugal”.

O Primeiro-Ministro foi aplaudido de pé pelos portugueses presentes na recepção, que lhe manifestaram o seu apreço e a sua ligação inquebrável à sua terra.

Já na segunda-feira, Durão Barroso, em Brasília, participou na VII Cimeira-Luso-Brasileira, de que

daremos notícia mais destacada na próxima edição.

O Primeiro-Ministro teve então o seu encontro com Lula da Silva, e visitou o Congresso Nacional, onde esteve com o ex-Presidente e antigo embaixador José Sarney, visitando ainda a embaixada de Portugal.

Mesmo no dia de regresso a Portugal, o Primeiro-Ministro manteve conversações com o governador Alckmin e participou num importante acto cultural, o concerto que marcou os 450 anos da fundação daquela cidade, tendo ainda visitado a antiga Estação da Luz, antigo “terminus” dos primeiros transportes de São Paulo e um ícone da cidade, onde irá nascer, sob os auspícios conjuntos das autoridades brasileiras e do Ministério da Cultura português, o Centro Multimédia de Língua Portuguesa. – Fontes: Lusa, RTP 1; fotos Lusa



Um artigo de Durão Barroso

Aprofundemos a União Europeia claro que sim, mas como?

Numa das mais recentes edições do jornal "Le Monde", foi publicado um artigo de José Manuel Durão Barroso, Primeiro-Ministro de Portugal, que pela sua importância e significado, reproduzimos para os nossos militantes e simpatizantes:

A reforma em curso na União Europeia, e o início das negociações sobre o próximo pacote financeiro, são as faces mais visíveis do debate mais vasto e complexo sobre a Europa que queremos construir para o futuro.

Portugal, que tem uma opinião pública muito pró-europeia, escolheu o seu caminho. Queremos que esta reforma dos tratados e que as próximas perspectivas financeiras sirvam sobretudo o desígnio de uma Europa mais integrada e respeitadora dos princípios fundadores do projecto europeu, nomeadamente a igualdade entre os Estados-Membros, a coesão e a solidariedade, bem como o método comunitário, e que a União Europeia seja mais aberta e capaz de melhor afirmação no Mundo.

Desejamos sobretudo uma Europa em que todos os seus cidadãos de possam rever, independentemente do seu país de origem.

Com 25 Estados-Membros, a União precisa de novas regras de funcionamento, para não cair na ineficácia institucional e para preservar a própria essência do método comunitário. A Convenção sobre o futuro da Europa apresentou-nos uma proposta de tratado constitucional. Trata-se de uma boa base de trabalho, que merece, no entanto, alguns acertos para obter o acordo de todos.

Para Portugal, e sem querer entrara no pormenor das suas posições, seria importante incluir no novo tratado uma referência explícita ao princípio da Igualdade entre os Estados-membros, princípio esse plenamente consagrado ao nível internacional.

Portugal tem uma História com mais de oitocentos anos, e se nem que imbuído de um verdadeiro espírito europeu, considera naturalmente importante a inclusão desta referência. Não existe qualquer contradição entre o nosso espírito europeu e o respeito que devemos ao nosso próprio País e aos países dos outros.

Por outro lado, a alusão a este princípio, no tratado, deve servir de ponto de equilíbrio à referência que



também nele é feita ao princípio de igualdade entre os cidadãos. Ficaria assim repercutida a dupla natureza do projecto europeu, de uma União de Estados e de cidadãos.

Tal como a referência à igualdade entre os cidadãos, uma menção ao princípio da igualdade entre os Estados-Membros nada alterará nos equilíbrios da União. Com efeito, as modalidades de tomada de decisão ficarão claramente identificadas consoante as matérias no referido texto constitucional.

Portugal, tal como a França, deseja uma conclusão tão rápida quanto possível da Conferência Intergovernamental num sentido favorável a uma União mais forte, que lhe permita enfrentar eficazmente este alargamento, o maior de todos até agora.

Com 25 ou mais Estados-Membros, o aprofundamento do projecto europeu não poderá continuar condicionado, pelo menor denominador comum. Deverão pois, ser encontradas fórmulas de flexibilidade que permitam aos que o desejem, seguir em frente. Nesse contexto e tal como aconteceu por exemplo, com o processo de Schengen ou com o Euro, Portugal pretende estar nos níveis mais avançados da integração.

Mas isso não deve conduzir à criação de círculos exclusivos, nem a situações em que alguns definam

sozinhos o caminho a seguir sobre questões que interessam aos demais. Cada novo avanço deverá ser construído com base num verdadeiro espírito de confiança entre os Estados-Membros e aberto a todos os que nele querem participar numa fase posterior. A porta nunca deverá ser fechada. A confiança entre os parceiros e a cultura do compromisso serão elementos cruciais nesta Europa alargada.

Mais flexibilidade exige também um esforço adicional de coerência. A Comissão, que desejamos forte e representativa de todas as sensibilidades nacionais terá, naturalmente, um papel importante a desempenhar. Por isso, a Presidência da Comissão deveria ser escolhida de acordo com critérios de competência e de experiência europeia e menos em função de equilíbrios meramente políticos. Esta nova Presidência deveria, normalmente, ser capaz de criar consensos que são cada vez mais difíceis de alcançar e de garantir uma boa colaboração com o Conselho e com o Parlamento europeu.

Em contrapartida, o que nós não podemos aceitar é uma Comissão sem natureza colegial, com Comissário de primeira e de segunda categoria, estratificados em função de critérios de nacionalidade ou da dimensão demográfica dos Estados.

A Comissão que, pelas suas funções é a mais bem posicionada

para ajuizar sobre o custo real deste alargamento, comunicou-nos que com um limite de recursos próprios inferior ao actual, não será possível manter o nível de funcionamento das políticas da União. A mensagem da Comissão é clara. Para conseguir o alargamento sem afectar o projecto europeu é preciso ir mais longe na integração. Alargamento e aprofundamento, sempre foram as duas faces de uma mesma realidade. Na presente conjuntura, uma limitação do orçamento europeu seria equivalente à negação dos objectivos que a União definiu ao mais alto nível.

Devemos ser rigorosos na gestão do orçamento, mas realistas na definição dos recursos indispensáveis ao aprofundamento da União.

Ao longo dos anos e apesar de progressos importantes do projecto europeu, tal como foi o caso com o Euro, foram-se desgastando algumas das características que estão na base da construção europeia. Refiro-me, em particular, ao espírito de compromisso entre os Estados-Membros, que mesmo nas situações mais difíceis permitiu encontrar soluções consentâneas com o interesse da União. Infelizmente, estamos a assistir à progressiva reintrodução de uma linguagem frequentemente marcada por uma lógica de competição e de dialéctica de poder entre os estados, que atenta contra os princípios fundamentais da União.

É uma situação que devemos ser capazes de afastar. Devemos preservar a atmosfera de confiança de que a União precisa para progredir. Neste contexto e tal como sempre aconteceu na história da construção europeia, os Estados de maior dimensão deveriam procurar afastar os receios dos outros.

Com o alargamento da União, temos finalmente os meios para reconcilia a Europa em tono de um verdadeiro projecto comum, construído pelo seu valor intrínseco e não por oposição ao que quer que seja. Esta Europa que deve permanecer aberta em relação ao Mundo é preciosa e temos o dever de a preservar para as gerações futuras. Devemos agir conjuntamente e dotar-nos dos meios para a construir solidamente.

Devemos ser ambiciosos. Aprofundemos a nossa Europa, para melhor a preservar.



«Força Portugal» é o nome da coligação PSD-CDS/PP para as eleições europeias



“Força Portugal!” vai ser o nome da coligação PSD-CDS/PP para as eleições europeias, apresentado no passado dia 28 de Fevereiro depois de uma reunião entre dirigentes dos dois partidos, que se realizou pelas 11 horas, na Sala Siaca do Centro Cultural de Belém.

Presentes os Secretários-Gerais dos dois partidos, José Luís Arnaut pelo PSD e Pedro Mota Soares pelo CDS/PP, os respectivos coordenadores para as Europeias, Carlos Coelho e Teresa Caeiro (PSD e CDS/PP), os Secretários-Gerais Adjuntos dos dois partidos, os representantes de todas as suas organizações distritais e ainda os representantes das organizações de juventude, JSD e JP.

Foi objecto de comentário crítico a forma como o PS está a conduzir o processo que levará às eleições

europeias, pois ainda se está no início e já – segundo José Luís Arnaut – “o PS está a tentar rescrever a história da construção europeia”.

“A campanha de comunicação do PS para as europeias não está a começar bem”, criticou o secretário-geral do PSD, na conferência de imprensa que se seguiu, referindo-se aos cartazes socialistas onde o ex-Primeiro-Ministro António Guterres surge associado à adesão de Portugal ao Euro.

Para o Secretário Geral do PSD, “o PS está a tentar rescrever a história da construção do projecto europeu, tentando passar a imagem de que os socialistas tiveram aqui um papel quase exclusivo”.

“Ora, a construção do projecto europeu é um projecto de consenso nacional, não é património de nenhum partido e nela tem tido parte

muito substancial o PSD e os seus Governos”, sublinhou ainda o Secretário-Geral do PSD:

De acordo com José Luís Arnaut, na reunião “apenas foram discutidos projectos e ideias e não nomes”, recusando-se a comentar quaisquer notícias relativas a esse tema.

“Isso é mais aqui ao lado”, disse Arnaut, bem humorado e referindo-se à Convenção europeia que o PS realizou no mesmo dia, em Lisboa.

“Esta nossa reunião” – disse – “estava agendada há três semanas e nada têm a ver com a data e ocasião escolhidas pelo maior partido da oposição”

Além da apresentação do ‘slogan’ da coligação, “Força Portugal”, os Secretários-Gerais dos dois partidos anunciaram o calendário da pré-campanha: em meados de Março será anunciado o cabeça de lista para o Parlamento europeu, e “em finais de Abril”, os restantes nomes da lista da coligação.

Quanto ao peso dos dois partidos nesta lista, o Secretário-Geral do PSD apenas disse que “corresponderá à expressão eleitoral de cada um”.

“Acreditamos que os portugueses irão saber escolher e irão dar a vitória a esta coligação”, afirmou José Luís Arnaut.

Foi também apresentado na conferência de imprensa o primeiro cartaz da campanha europeia PSD-CDS/PP, onde o verde, vermelho e amarelo da bandeira portuguesa estão em destaque, com as palavras “Força Portugal!” envolvidas pelas doze estrelas da bandeira da União Europeia. - Fonte: Lusa



Distrital do Porto aprecia investimentos no Distrito

Para combater a «imagem negativista, destrutiva e pessimista» que marca o discurso da oposição, mormente o do PS, a Distrital do PSD/Porto, perante uma numerosa assistência – deputados eleitos pelo círculo do Porto, autarcas e dirigentes do partido – promoveu um debate, com a presença do Secretário de Estado das Obras Públicas, Jorge Costa, sobre os investimentos que o Governo irá efectuar no Distrito do Porto.

Marco António Costa salientou o facto dos investimentos serem para aplicação no porto marítimo de Leixões, bem como na ampliação e remodelação do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, a fim do Distrito do Porto se poder afirmar na sua capacidade de absorção do movimento do Noroeste peninsular.

O secretário de Estado das Obras Públicas, por seu turno revelou que o Governo vai investir um total de 1500 milhões de euros no Grande Porto. «Há muito mais investimento para além do PIDDAC. Não estão lá obras, por exemplo, como a IP4, Circular de Gaia, a CREP (Circular Regional Externa do Porto) ou Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Por isso é que as análises que se fazem do PIDDAC pecam, muitas vezes, por defeito», afirmou Jorge Costa.

Marco António Costa acusou, ainda, o PS de não ter conseguido avançar com a SCUT do Porto, agora – e com a acção do PSD - já em fase de execução.

Uma das obras anunciadas pelo Secretário de Estado foi a construção dos molhes do Douro, obra orçada em 25 milhões de euros, e de portos fluviais, que permitam uma maior navegabilidade, potenciando assim o aproveitamento turístico.

«Ao contrário do que alguma oposição tenta passar, o Distrito do Porto e a região não sofreram cortes orçamentais», concluiu o Presidente da Distrital.

- Fonte: Gab.Press.PSD/Porto



Endividamento das Autarquias

O Primeiro-Ministro, Durão Barroso, anunciou, durante uma visita a Famalicão, que o Governo vai autorizar os municípios a contraírem empréstimos bancários para concorrerem a programas comunitários.

“Já está decidido que os municípios poderão contraírem empréstimos para pagar até 75 por cento da comparticipação nacional em projectos comunitários”, afirmou Durão Barroso, frisando, no entanto, que além dessa área, se mantém o “endividamento zero” para as autarquias locais.

O primeiro-ministro falava no auditório da Casa das Artes de Famalicão, onde decorreu uma sessão de esclarecimento e divulgação do programa Dínamo, com a participação do Ministro da Economia, Carlos Tavares, e cerca de 300 empresários dos sectores têxtil, do vestuário e do calçado.

Resultante de um despacho conjunto dos ministérios das Finanças e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, a decisão do Governo de autorizar os municípios

a contraírem empréstimos tem como objectivo o aproveitamento integral do 3º Quadro Comunitário de Apoio e o Interreg 3 (iniciativa comunitária que visa estimular a cooperação inter-regional).

“É preciso que se tenha em conta que, entre 2007 e 2013, acabará este tipo de apoios para infra-estruturas”, alertou o primeiro-ministro, inferindo que é necessário utilizar esses recursos enquanto estão disponíveis e por isso é dada às autarquias a possibilidade de recurso à banca, que abrange áreas como as redes de saneamento básico e de distribuição de água, os equipamentos educativos e sociais, os acessos e o ambiente.

A autorização abrange igualmente projectos nas áreas das infra-estruturas de acolhimento industrial e modernização de infra-estruturas ligadas ao comércio e Turismo da Natureza.

O Primeiro-Ministro exortou ainda as autarquias a integrarem redes de cooperação com universidades, empresas e centros tecnológicos, tendo em atenção que o próximo

quadro comunitário de apoio vai privilegiar investimentos noutras áreas, nomeadamente na inovação tecnológica e no ambiente.

“O próximo Quadro Comunitário tem uma lógica de criação de redes

transnacionais que temos de ter presente e aproveitar para o desenvolvimento da indústria”, salientou

.- Fonte: Lusa

Abrantes integrará a Comunidade Urbana do Médio Tejo

A integração de Abrantes na Comunidade Urbana do Médio Tejo foi aprovada na última semana do mês passado, pela Assembleia Municipal, tendo passado sem votos contra e apenas com as abstenções da CDU e de alguns eleitos socialistas.

A Comunidade Urbana do Médio Tejo integrará os municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha, estando em curso o processo de votação dos estatutos pelas respectivas assembleias municipais.

No Entroncamento, onde a votação decorreu há uma semana, a adesão passou com 11 votos a favor (PSD, deputado independente e presidente da junta de freguesia) e 10 contra (PS, CDU e BE).

- Fonte: Lusa

Convocatórias



Évora

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PPD/PSD, convoca-se, para reunir, em sessão ordinária, a Assembleia de Secção de Évora, no próximo dia 26 de Março de 2004, pelas 21 horas, na Sede Distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, N.º.48, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Aprovação do relatório de Contas de 2003;
- 2- Apresentação e votação do Orçamento 2004;
- 3- Análise da situação política

Porto

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco o Plenário de Militantes da Secção do Porto do PSD, para reunir no próximo dia 19 de Março, pelas 21.30, no Hotel Méridien,

sito à Avenida da Boavista, no Porto, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 – Apreciação e votação das Contas de 2003 e Orçamento para 2004;
- 2 – Análise da situação política.



Ponte de Lima

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Interno, convoco o plenário da JSD de Ponte de Lima a reunir no próximo dia 2 de Abril, pelas 21.30 horas, na sede local do PSD, sita no Lg. Dr. Ferreira Carmo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Situação política local e nacional;
- Outros assuntos de interesse.

Convenção Regional sobre o Futuro da Europa

Joaquim Piscarreta salienta importância das Perspectivas Financeiras para o Algarve

O Deputado do PSD **Joaquim Piscarreta** afirmou, em Faro, que “a União Europeia confronta-se com um paradoxo: a existência de graves problemas orçamentais e, simultaneamente, o crescente aumento das suas responsabilidades políticas”.

Joaquim Piscarreta, que participava num debate sobre “A União, Portugal e as Regiões: os próximos desafios”, no âmbito da Convenção Regional sobre o Futuro da Europa, que teve lugar na Universidade do Algarve, afirmou que “perante esta situação de impasse, a Comissão Europeia iniciou uma reflexão profunda sobre o seu financiamento e o futuro das suas políticas”, tendo adoptado recentemente “dois textos nucleares para o futuro da União Europeia e das suas regiões, as Perspectivas financeiras (2007-2013) e o 3º Relatório da Política de Coesão”.

Referindo-se à “Agenda para uma Europa em Crescimento” do Prof. Sapir que, no Verão de 2003, avançou com ideias inovadoras, apostando na renacionalização da Política Agrícola Comum (PAC), assim como a reorientação da Política de Coesão para o apoio à competitividade das regiões mais ricas, no cumprimento da “Estratégia de Lisboa”, que visa tornar a UE na economia mais competitiva do mundo até 2010, Joaquim Piscarreta afirmou concordar “com a necessidade de apostar num maior investimento em tecnologia, educação, investigação e redes transeuropeias para acelerar o crescimento económico europeu. Porém, acrescentou, tais prioridades não deveriam ser alcançadas com um ‘virar radical de costas à coesão económica e social’ como declarou o antigo Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors.

Tal reforma provocou uma **onda de consternação** junto da Comissão Europeia. O Comissário Europeu Michel Barnier, responsável pela política regional, declarou-se em total desacordo com as conclusões deste relatório. Outros Comissários Europeus, incluindo António Vitorino, manifestaram-se no mesmo sentido”.

Mas, para Joaquim Piscarreta, “este debate sobre o futuro da Política de Coesão está viado já que a reforma é imposta por razões meramente orçamentais. Recordo que seis Estados Membros, (França, Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, Holanda e Áustria) recusaram qualquer aumento do orçamento comunitário.

Na prática, o actual orçamento da UE corresponde a cerca de 1% do

Rendimento Nacional Bruto comunitário (RNB), ou seja, a UE absorve apenas 1% da soma de todos os rendimentos dos 15 Estados membros actuais para o seu funcionamento e as suas políticas ...

Com os cidadãos europeus a exigir mais Europa e com o alargamento à porta, este limite de 1% torna-se insustentável. Não se pode fazer mais, num clube maior e com menos verbas... “

Joaquim Piscarreta apoiou a posição do Comissário António Vitorino quando este afirma que “se temos mais 10 membros e se dizemos que queremos manter os princípios de coesão e de solidariedade, que a UE seja mais activa na esfera externa e que queremos ter um espaço de liberdade, segurança e justiça, então é necessário que as perspectivas financeiras reflectam essas prioridades.”

Joaquim Piscarreta salientou que, “há bem poucas semanas, corriam ainda as piores expectativas sobre o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA IV) para os anos 2007-2013. Previam-se para Portugal perdas astronómicas, na ordem dos 50% assim como o fim definitivo dos fundos para a região algarvia e a Madeira. Era o fim dos fundos europeus para Portugal, o ‘bolo’ todo iria para os novos Estados-Membros, todos eles, menos desenvolvidos. Portugal aparecia como vítima silenciosa do alargamento”.

Para Joaquim Piscarreta, “a publicação das Perspectivas Financeiras levantou um vendaval de comentários, mas muito mais positivos que inicialmente previsto.

Politicamente, a Comissão Europeia ignorou pura e simplesmente a exigência dos Estados Membros que pretendiam limitar o Orçamento Europeu. Podemos dizer, acrescentou o Deputado algarvio, que estes 6 Estados Membros vieram buscar lá e saíram tosquidos !

Tecnicamente, a Comissão Europeia elegeu 3 prioridades: o desenvolvimento sustentável, o reforço da UE no plano mundial e a cidadania europeia.

Financeiramente, a Comissão Europeia correu um risco ao aumentar em 30% o orçamento da UE para os próximos 6 anos, quando comparado com a Agenda 2000 (Perspectivas financeiras 2000-2006). O Orçamento Comunitário ficou assim pelo valor de 1,15% do Rendimento Nacional Bruto comunitário (RNB), abaixo do tecto máximo legal de 1,24%, mas acima do limite político de 1% imposto por alguns



Estados Membros. A título de exemplo, em 2007, o orçamento rondará os 125.000 milhões de euros, dos quais 48.000 milhões serão afectados à coesão.

Contas feitas, Portugal só perderá entre 3 e 5% dos fundos comunitários nos próximos 6 anos, e isso, apesar do alargamento da UE a 10 novos Estados Membros, todos com regiões nitidamente desfavorecidas relativamente à média comunitária ou mesmo a Portugal. Estão por isso definitivamente afastados os cenários sombrios de cortes radicais nas verbas de Bruxelas. Afinal, Portugal conseguiu limitar o impacto do tão temido alargamento. Portugal ‘ganhou’ por ter apostado numa diversificação dos fundos recebidos. Mantem o Objectivo 1, passa a receber ajudas do Objectivo 2, assim como fundos especiais para o desenvolvimento rural, a ultraperiferia, tanto em termos de fundo de coesão como em fundos estruturais”.

Mas, Joaquim Piscarreta alerta para o facto de “as Perspectivas Financeiras serem só o primeiro passo de um complexo e moroso processo de aprovação do Orçamento comunitário, cuja conclusão será para meados de 2005, após uma acérrima negociação entre o Parlamento Europeu e o Conselho da UE a rever em baixa estes valores”.

O Deputado social democrata defendeu que “é preciso deixar de cingir o debate sobre a Europa a contas de mercearia e que convém contextualizar estes valores no debate mais vasto sobre o futuro da Política Regional e de Coesão.

No seguimento da publicação das Perspectivas Financeiras, a Comissão Europeia divulgou o seu terceiro Relatório sobre a Política de Coesão Económica e Social no qual

antevê o futuro desta política para os próximos anos (2007-2013).

Após uma leitura atenta do Relatório, é possível tirar 4 grandes ensinamentos sobre o impacto da Política de Coesão Económica e Social nas regiões europeias:

- as disparidades regionais relativas à taxa de emprego e ao nível de vida baixaram nesta última década, subsistindo ainda algumas entre regiões extremas, ou seja as mais ricas e as mais pobres, que só se resolverão com uma acção de longo prazo ;

- as despesas públicas dos Estados Membros rondam os 47% do PIB para assegurar os serviços de base que competem a cada Estado. Com um orçamento ligeiramente superior a 1% do PIB europeu, a UE consegue mesmo assim desempenhar um papel fundamental na redução das disparidades através da sua Política de Coesão;

- a existência de políticas comunitárias (PAC, pescas, mercado interno, JAI, etc...) trazem uma mais-valia à Política de Coesão ;

- a Política estrutural da UE contribui directamente para promover a convergência e o emprego ao nível regional”.

Referindo-se à nova visão da Política de Coesão defendida no relatório, Joaquim Piscarreta afirmou que se confirma “a **continuação do Objectivo 1 dos fundos com os mesmos critérios**. Serão assim abrangidos quase todas as regiões dos novos Estados Membros, mais algumas regiões gregas e portuguesas. Espanha e a Irlanda estão de saída.

A Comissão Europeia cumpriu a sua promessa com a criação de um segundo Objectivo 1 (Objectivo 1 bis), dedicado exclusivamente às regiões europeias, que por mero efeito estatístico, dobraram o cabo dos 75%, como foi o caso outrora da região de Lisboa e Vale do Tejo e será o caso da região algarvia. Neste caso preciso, a nossa região receberá 85% dos fundos a que teria direito se ainda estivesse no Objectivo 1, reduzindo-se esta verba para 65% com o findar destas Perspectivas Financeiras em 2013. A definição final das regiões abrangidas por este novo Objectivo só será feita em 2005 por serem necessários os dados sobre o PIB relativo aos anos de 2001, 2002 e 2003. Reforçaram-se assim as verbas tradicionalmente atribuídas no período de transição.

O Objectivo 2 estará especialmente vocacionado para as regiões com necessidade de reestruturação afim de cumprir a estratégia de Lisboa. O lema passa a ser

PE aprova Relatório de Vasco Graça Moura sobre a escola e o acesso à cultura



O Parlamento Europeu aprovou em Bruxelas, um relatório do Deputado **Vasco Graça Moura** sobre o papel da aprendizagem escolar no acesso do maior número de cidadãos à cultura.

Na sua intervenção, Vasco Graça Moura sublinhou que **“o acesso à cultura é uma condição ‘sine qua non’ da plena realização de qualquer ser humano. É também uma dimensão essencial de qualquer democracia representativa de modelo europeu ocidental, um factor de eliminação de desigualdades e um factor de progresso e de desenvolvimento de crescente importância. A cultura deve ser**

pois, por todas estas razões, uma das bases mais sólidas em que assente a Europa dos cidadãos”.

Para Graça Moura, “já não se trata, como terá querido Jean Monnet, de ‘começar pela cultura’, fórmula que poderia ser entendida em termos discutíveis num tempo cujas preocupações se centravam apenas nos primórdios de uma integração económica. Trata-se, sim, de ‘continuar pela cultura’, de fazer crescer positivamente as preocupações com a multiplicidade das culturas e com a dimensão cultural da Europa no conjunto de desafios colocados pela construção europeia”.

Graça Moura defendeu que “numa sociedade globalizada, numa Europa em crescimento, numa época de crises várias, ante uma nova, desmultiplicada e estimulante presença das identidades nacionais e de tradições culturais de perto de 400 milhões de cidadãos, os problemas relativos ao acesso à cultura e à construção de uma imagem do mundo pelos europeus, de uma imagem capaz de integrar as diferenças no seu processo, mas sem deixar de respeitá-las e de valorizá-las, isto é, de forma pluralista, tolerante e dinâmica, **não podem deixar de ser**

considerados muito seriamente pelos responsáveis políticos.

Convidamo-los assim, acrescentou, a repensar e a reactivar o papel da escola no acesso à cultura. Não apenas quanto ao conjunto de competências básicas que a escola pode transmitir, ou quanto ao núcleo de elementos constitutivos de cada identidade nacional que cada estado-membro entenda dever fazer parte dos seus programas. Mas também no tocante ao imenso património cultural europeu, na sua variedade quase ilimitada de manifestações, nas línguas, nas literaturas, nas artes plásticas, nas artes da música e do espectáculo, nas tradições, enfim, em tudo o que faculta a cada um de nós os seus imprescindíveis instrumentos de reconhecimento do mundo e de identificação nele”.

Para Vasco Graça Moura, “é evidente que **a escola não pode ser enciclopédica, nem internacionalmente padronizada em estereótipos, nem repetitiva de uma série de lugares comuns mumificados. Mas deve representar uma oportunidade reforçada para o acesso à cultura** e desenvolver naqueles que a frequentam, desde as idades mais jovens, um respeito, uma aptidão e um gosto pelas expressões

da cultura que, do mesmo passo, contribua para adensar a reflexão e a consciência de pertença a uma grande matriz civilizacional e cultural chamada Europa. São muitos e variados os passos que podem ser dados nesse sentido e que devem, em nosso entender, começar por aspectos muito concretos da vida escolar”.

Vasco Graça Moura salientou que o seu relatório, agora aprovado, “em que foram acolhidas bastantes sugestões de colegas da comissão parlamentar da Cultura dos mais variados quadrantes políticos, tem exactamente esse objectivo: exprimir em nome do Parlamento Europeu o desejo de que este desafio seja tido em consideração, pois sem ele a construção europeia acabará por fazer pouco sentido e não será digna desse nome. **Não há conhecimento que possa assepticamente alicerçar-se numa atitude de indiferença para com os valores que caracterizam a cultura europeia:** valorizar a estratégia de Lisboa, lançar os objectivos de uma economia baseada no conhecimento, seria uma contradição nos seus próprios termos se a questão da cultura se limitasse a ter um estatuto de parente pobre nessas preocupações”.

(continuação da página ao lado)

‘reduzir as disparidades para acelerar o crescimento económico’. Ao contrário dos Objectivos anteriores (I e I bis), não existirá qualquer lista pre-estabelecida de regiões a beneficiar com este fundo. Será com base nos projectos apresentados que as regiões serão ou não contempladas”.

Joaquim Pissarra defendeu que subjacente a este Relatório está “o **maior envolvimento que a UE espera das suas regiões.** Espera-se, por isso, uma participação mais activa, mesmo pro-activa, das regiões subsidiadas. Daí o esforço no sentido de simplificar e descentralizar a Política Regional.

Nesta senda, para Joaquim Pissarra, a Comissão Europeia quer promover a integração harmoniosa do território, através de cooperações transfronteiriças e transnacionais em domínios como o desenvolvimento de zonas urbanas, rurais e costeiras. O Algarve deverá tirar pleno proveito desta

nova forma de financiamentos comunitários.

É precisamente a conjunção destes dois factores - o empenho regional e as ajudas comunitárias - que dão à luz resultados impressionantes, como verificado nas regiões irlandesas...”

Salientando que “o **objectivo 1, só por si, representa mais de 70% de todos os fundos estruturais** que ascendem aos 195 mil milhões de □ (QCA III - 2000/ 2006), Joaquim Pissarra afirmou que estes sucessivos QCA revelaram-se **um dos maiores sucessos da UE ao permitir, no caso português, um aumento do PIB na ordem dos 3.1%, em 10 anos (88-98).** No quadro das dificuldades orçamentais vividas, torna-se particularmente animador revelar que para o período 1998-2003, estima-se mais um aumento de 2.1% do PIB nacional...”

Estes valores evidenciam por isso a **importância dos fundos comunitários para o desenvolvimento nacional,** cuja convergência com a média europeia se deve essencialmente ao processo de

aprofundamento da integração europeia. Ao contrário do que é habitual, Portugal revela ser um ‘bom aluno’ ao apresentar um nível de crescimento superior à média europeia, encurtando assim o seu atraso em relação ao resto da Europa”.

A concluir, Joaquim Pissarra referiu que admitiu recentemente, “de forma algo provocatória, que por mais politicamente incorrecto que seja, sentiria algum **orgulho em ver a minha região deixar o lote das regiões mais pobres da Europa** abrangidas pelo Objectivo 1. Só evidenciaria que as ambições da Política Estrutural teriam sido alcançadas com sucesso transformando, num prazo de apenas de 15 anos, o Algarve numa região bem mais competitiva quando comparada com as restantes da UE. Entre um Algarve mais desenvolvido fora do objectivo I e um Algarve remediado que vive essencialmente das verbas de Bruxelas, a minha escolha está feita”.

Afirmando que o seu optimismo natural não o impede “de reconhecer lucidamente que **este QCA (2007-**

2013) será certamente o último a beneficiar o Algarve”, Joaquim Pissarra encara esta evolução não como o “fim dos fundos estruturais” mas como o “Desenvolvimento sustentado da Região Algarvia”.

Joaquim Pissarra sublinhou que “com o findar do Objectivo 1, a região Algarvia deverá mostrar **maior imaginação e criatividade** para tirar partido dos outros tipos de objectivos (apoio à reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais e formação/ promoção do emprego), ou mesmo do fundo de coesão.

Que fique bem claro uma ideia: Portugal perde fundos comunitários, mas perde-os mais pelo seu próprio desenvolvimento económico que pelo alargamento da UE. Esta situação verifica-se no Algarve, mais do que em qualquer outra região portuguesa.

Afinal, o objectivo da Política de Coesão Económica e Social é precisamente que um país não mais precise dela...”

Nova Energia dos Açores - Congresso Regional da JSD Açoriana

Teve lugar no passado fim-de-semana, em Angra do Heroísmo (Ilha Terceira), mais um importante Congresso Regional da JSD/Açores.

Os trabalhos deste evento começaram na tarde de sexta-feira, tendo ainda nesse dia sido aprovados os novos estatutos da estrutura, quase dois meses após o Congresso Nacional de Revisão Estatutária, em Cascais.

Em discussão estão 35 Moções Sectoriais versando os mais diversos temas, locais, regionais e nacionais, cujo debate tem sido bastante animado.

Apresentando e vencendo com a sua candidatura à liderança da JSD/Açores, o companheiro Berto Cabral levará a jota do arquipélago ao dinamismo necessário para ganhar as próximas regionais.



Terminando funções, José Leal deixa uma JSD organizada e pronta para os desafios de um combate que será duro e decisivo.

Aos dirigentes, militantes e simpatizantes da JSD/Açores, desejamos as maiores felicidades e um bom desenrolar de Congresso. Na Ilha terceira, a Comissão Política Nacional da JSD está representada pelo Vice-Presidente Ângelo Pereira e pelo Vogal Nuno Matias, sendo a representação da JSD/Madeira assegurada pelo seu líder, Jaime Filipe.

Congresso Inter-Distrital da JSD “Desafios e Oportunidades da Interioridade”

Decorreu em Évora, no passado dia 6 de Março, no Palácio D. Manuel, o Congresso Inter-Distrital da JSD “Desafios e Oportunidades da Interioridade”, uma organização conjunta das Distritais de Beja, Castelo Branco, Évora e Portalegre.

Neste evento, que se prolongou até final da tarde, foi feito um diagnóstico daquelas que são as questões mais problemáticas da Interioridade.

Tendo em conta o carácter multidisciplinar da temática subjacente a este evento, estiveram presentes como oradores personalidades das mais diversas áreas, que se dividiram por várias mesas redondas.

A Secretária-Geral da JSD, Ana Zita Gomes e José Eduardo Martins, Secretário de Estado do Ambiente, tiveram a seu cargo o encerramento dos trabalhos.

JSD Porto promove périplo pela Cidade

A Comissão Política Concelhia da JSD/Porto levou a efeito uma visita à Cidade. Este contou com a presença de vários autarcas e militantes da JSD, que serão no roteiro acompanhados pelo Vereador da CM Porto, Paulo Cutileiro.

O passeio, que serviu para debater um pouco da actualidade política portuense, terá lugar hoje, 6 de Março.

JSD Lousada cria mais um núcleo: JSD/Nespereira nasce hoje!

A JSD de Lousada, aprovou no último plenário da secção um novo núcleo, neste caso o de Nespereira. Durante o dia 6 de Março, formalizou-se acto cerimonial de apresentação do núcleo.

A primeira iniciativa desta estrutura foi a 7 de Março, pelas 15 horas, com o torneio de matraquilhos humanos no campo de jogos de Nespereira.

Núcleo da JSD de Cristelos já arrancou Rui Sobral lidera Equipa

No final do passado mês de Fevereiro, num jantar que reuniu cerca de uma centena de militantes, o núcleo da JSD de Cristelos iniciou a sua actividade. Depois de estar formalmente constituído, a nova Comissão de Núcleo já definiu estratégias de crescimento quer do número de participantes na estrutura, quer na forma de actuação.

Desta forma a JSD Lousada, tem mais um núcleo em funcionamento.

Passeio anual da JSD/Lousada

No passado Sábado, 28 de Fevereiro, a Juventude Social Democrata de Lousada, promoveu um passeio para militantes e simpatizantes à cidade de Lisboa. Mais de 250 participantes rumaram à capital em ambiente festivo e de boa disposição.

A visita centrou-se essencialmente no Parque das Nações, onde puderam conhecer a “ousada arquitectura portuguesa no novo ex-libris de Lisboa”, como referia o comunicado da secção.

Mas a visita não se ficou pelo espaço da Expo 98. Depois de uma rápida passagem pela baixa pombalina, prestaram homenagem aos descobridores portugueses, visitando o Padrão dos Descobrimentos e a Torre de Belém. “A visita não estaria completa sem conhecer os símbolos de duas épocas, que embora diferentes marcam pela sua importância a história portuguesa, assim o Mosteiro dos Jerónimos e o Centro Cultural de Belém foram também ponto de passagem obrigatória para os jovens Lousadenses” concluía o referido comunicado da CPS.

JSD/Faro não esquece Ambiente

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Árvore, a JSD/Faro vai promover no próximo dia 18 de Março (5 feira) às 21 horas no Auditório da Biblioteca Municipal de Faro, uma Palestra/Debate sob o tema “Pontal - O grande pulmão verde de Faro!”

No evento são esperadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Faro (Dr. José Vitorino), a Directora do Parque Natural da Ria Formosa (Eng.ª Isabel Pires), que fará uma palestra inicial sobre a “Caracterização Ambiental do Pontal”, o Presidente da Associação Ambiental e Cultural

“Almargem” (Dr. João Santos) e o Presidente do Núcleo de Ambiente da Associação Académica da Universidade do Algarve (Ricardo Santana).

No dia 21 (Domingo), por volta das 11 horas, esta Secção procede à plantação de algumas dezenas de árvores na mata do Pontal, para o que convida os militantes e simpatizantes da JSD amigos da natureza.

Paint-Ball em Tavira

JSD de Tavira vai realizar a 20 de Março uma tarde de paint-ball na Asseca (Tavira).

O preço é de 13,50€, que inclui a máscara, arma, 100 balas/pessoa, roupa e um seguro. Segundo a CPS, o ponto de encontro está definido para as 14 horas no Mercado da Ribeira.

Informações e confirmações podem ser obtidas/efectuadas através dos números 916770655 e/ou 961036572.

“Burocracia” em análise na Secção B

A Comissão Política da Secção de Lisboa vai realizar no próximo dia 11 de Março (quinta-feira) na sua sede - Campo Pequeno nº 16 3º andar – uma debate que contará com a presença da Secretária de Estado da Administração Pública, Dra. Susana Toscano.

Esta acção visa esclarecer dirigentes, militantes e simpatizantes da JSD sobre a importante temática da “Reforma da Administração Pública”.

“Conversas Amenas” na Secção D de Lisboa.

Na próxima 5ª Feira, 11 de Março, a JSD/D inaugura um ciclo de debates intitulado **“Conversas Amenas”**, que pretende ser um espaço de diálogo entre militantes do Partido que têm ou já tiveram elevadas responsabilidades Governativas e/ou Cívicas e os militantes base.

Para inaugurar esse ciclo a CPS convidou o Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo, que dará a sua perspectiva e esclarecimentos sobre o tema: **“Economia Europeia: Consequências da Integração dos Novos Países na União Europeia”**.

O Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo é actualmente Consultor Especial do Secretário-Geral da OCDE e foi Ministro das Finanças do XII Governo.

É já no dia 11, pelas 21 horas, na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116, 2º Esquerdo.

Leia, assine e divulgue

Receba semanalmente o Órgão Oficial do Partido

P O V O L I V R E

TABELA DE ASSINATURAS

Continente	Regiões Autónomas	
6 meses.....	16,21 €	6 meses.....22,45 €
12 meses.....	29,93 €	12 meses.....38,91 €
Apoio.....59,86 €		
Estrangeiro	semestral	anual
Espanha.....	22,45 €	38,91 €
Europa, Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Macau.....	29,93 €	64,84 €
Outros Países.....	59,86 €	94,77 €

BOLETIM DE ASSINATURA

PSD - Rua de São Caetano à Lapa, 9 - 1200 Lisboa CODEX - Tel. 01 - 3952140

Nome: _____

Morada: _____

Cód. Postal: _____ Localidade: _____

Assinatura: Nova Renovação Semestral Anual

Junto envio cheque nº: _____

Segue Vale correio nº: _____

Junto numerário no valor de: _____

Assinatura



O Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut, que tutela o Desporto, acompanhado pelo Presidente da Câmara de Cascais, António Capucho, Pierre Tinnerholm, Presidente da Swedish Match Tour e bi-campeão e Número Dois do "ranking" do Swedish Match Tour, Magnus Holmberg, durante a apresentação oficial do próximo Portugal Match Cup, em Cascais.

– Foto: Lusa, António Cotrim



O Ministro da Economia, Carlos Tavares, durante a visita que efectuou ao Vale do Ave, no âmbito do programa "Semana Textil", esteve nas instalações modernas e que usam tecnologia de ponta no sector, de uma empresa de sucesso, a "Arcotexteis", de Santo Tirso.



O Ministro da Agricultura, Sevinato Pinto, visitou as obras do regadio da Cova da Beira, junto a Caria, no concelho da Covilhã, uma obra que responde aos anseios de uma parte substancial daquela zona rural e que há muito era esperada pela população – Foto: Lusa, António José



O Ministro da Saúde, Luís Filipe Pereira, no arranque simbólico da "Telemedicina", que vem trazer meios de diagnóstico remoto, por ligação em rede computerizada, a muitos hospitais e centros que assim se podem entreajudar e completar



É BOM RECORDAR

Foi em Março de 2002 que o Partido Social Democrata ganhou as eleições Legislativas. Passaram portanto dois anos.

O Governo Socialista de então desistiu das responsabilidades da Governação. A meio do segundo mandato percebeu que não tinha ideias, estratégia e capacidade para governar Portugal. Por isso desistiu. Uma desistência após seis anos de mau Governo e más políticas. Concluo, por isso, que o problema não esteve no abandono, mas sim na má governação praticada.

Foi essa a herança que deixaram para o Partido Social Democrata. Uma herança difícil, verdadeiramente "pesada", de um Governo que não aproveitou um ciclo económico muito favorável, tanto a nível interno como internacional, para levar a cabo as reformas que Portugal necessitava, nos mais diversos sectores.

Nestes dois anos, o nosso Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, vem dando ao País um exemplo notável de coragem e de determinação.

Coragem, porque agarrou o Governo de Portugal num momento muito difícil. Determinação, porque nunca lhe faltou ânimo e energia para pôr em curso um significativo conjunto de reformas essenciais para o progresso e desenvolvimento de Portugal.

Foram dois anos de muitas dificuldades mas que, com toda a certeza, vão trazer bons frutos a curto e médio prazo.

É bom recordar, para que a razoabilidade e a justiça das análises não leve ninguém a exigir que, em dois anos, por golpe de magia, se tivessem resolvido todos os problemas que afectam o País.

É também bom recordar que os socialistas, em 6 anos, não só perderam a oportunidade de solucionar esses problemas, como, muito pior, ainda os agravaram.